

ORÇAMENTO / Supremo Tribunal Federal determina que o governo mobilize recursos para que o levantamento demográfico seja realizado no próximo ano. Decisão foi tomada em resposta a ação movida pelo estado do Maranhão contra corte de verbas para a pesquisa

Censo do IBGE será em 2022

» SARAH TEÓFILO

Felipe Sampaio/SCO/STF - 7/4/21

O Supremo Tribunal Federal decidiu ontem, por maioria de oito votos, que o governo federal deve realizar o Censo Demográfico em 2022. Os ministros analisaram a questão no plenário virtual da Corte, no qual cada um insere seu voto e não há discussão. A decisão contraria o entendimento do relator, Marco Aurélio Mello, que votou para que o governo fosse obrigado a realizar a pesquisa ainda neste ano, e foi seguido apenas pelo ministro Edson Fachin.

O caso já havia sido analisado por Marco Aurélio no mês passado, que, em decisão individual, determinou que o governo tomasse as medidas cabíveis para fazer a pesquisa ainda em 2021. A decisão foi tomada em resposta a uma ação ajuizada pelo estado do Maranhão contra a União e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O assunto, porém, foi levado para apreciação do colegiado.

A primeira divergência ao parecer do relator foi manifestada pelo ministro Gilmar Mendes. Ele foi seguido por Dias Toffoli, Rosa Weber, Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e o presidente da Corte, Luiz Fux. Nunes Marques não votou nem com o relator nem com o ministro Gilmar Mendes: abriu uma nova divergência e votou para que o governo não fosse obrigado a realizar o Censo.

Em seu voto, Mendes afirmou que “a concessão de prazo razoável se alinha com a necessidade



Gilmar Mendes elaborou o voto seguido pela maioria: “Necessidade de preservar o espaço de deliberação próprio das instâncias políticas”

de preservar o espaço de deliberação próprio das instâncias políticas, assegurando outra oportunidade para que o Poder Executivo, em articulação direta com o Congresso Nacional, assegure créditos orçamentários suficientes para a realização do Censo

Demográfico do IBGE”. Ele também mencionou “dificuldades inerentes ao recrutamento de mais de 200 mil agentes censitários e ao treinamento dos supervisores e recenseadores durante um período de agravamento da pandemia” da covid-19.

Em nota, o IBGE informou apenas que já está trabalhando para cumprir a decisão do Supremo para a realização do Censo em 2022. Em abril deste ano, o governo informou que o Orçamento de 2021 não previa recursos para a realização do Cen-

so, e que a pesquisa seria adiada. O levantamento que, por lei, deve ser realizado de 10 em 10 anos, já havia sido adiado em 2020 em função da pandemia. No fim do mês passado, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE (Assibge) alertou

que os cortes no Orçamento de 2021 poderiam empurrar a pesquisa para 2023, com novo adiamento em 2022.

A situação provocou o pedido de demissão da ex-presidente do IBGE Susana Cordeiro Guerra. Apesar de a instituição ter alegado que ela saiu por motivos pessoais, a demissão ocorreu um dia depois de o Congresso Nacional aprovar o Orçamento de 2021 com cortes nos recursos previstos para o Censo.

Antes da aprovação, Susana se movimentou, falou sobre a importância da pesquisa e o órgão e ressaltou, em nota, que o corte de verbas inviabilizaria a realização do Censo. “O país necessita das informações geradas pelo Censo, que são essenciais para subsidiar políticas públicas em diversas áreas, especialmente em um contexto de pandemia”, pontuou uma nota do IBGE, em março.

Há alguns dias, em manifestação enviada ao STF, o IBGE afirmou que a realização do Censo neste ano dependeria do avanço da vacinação e pediu para que os ministros analisassem o adiamento da pesquisa para 2022.

Economista e diretor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Social, Marcelo Neri considerou acertada a decisão do Supremo. “Acho que é uma decisão de bom senso. Fazer, mas fazer no seu tempo. O atraso, obviamente, é sempre ruim, mas seria irrealista para fazer este ano, a logística é grande”, disse. “É ruim atrasar o Censo. Em 1990 houve atraso de um ano e foi péssimo; agora, dois anos, o que é duas vezes pior. Mas não tinha muita alternativa”, avaliou.

Alívio temporário para as universidades

Após meses de aperto no caixa, as universidades federais terão alívio temporário no orçamento. O Ministério da Economia anunciou ontem a liberação de R\$ 2,61 bilhões para essas instituições de ensino, que vivem situação dramática. Os recursos ajudarão a recompor o orçamento de gastos discricionários, informa a Agência Brasil.

Embora sejam definidos como não obrigatórios, os gastos discricionários englobam despesas essenciais para o funcionamento de serviços públicos, como contas de luz, telefone, internet, água, material de escritório, combustíveis, manutenção de prédios e de equipamentos. No caso

das universidades, o pagamento de bolsas também é considerado despesa discricionária.

Na quinta-feira, foi publicado no Diário Oficial da União crédito suplementar de R\$ 18,7 bilhões que aliviará os cofres de diversos órgãos e ministérios afetados pelo contingenciamento (bloqueio temporário) de recursos, anunciado no fim de abril.

Logo após a sanção do Orçamento de 2021, o governo anunciou o contingenciamento de R\$ 9,2 bilhões e o veto de R\$ 19,8 bilhões em gastos. Os cortes foram necessários para garantir a execução de despesas obrigatórias que haviam sido remanejadas para emendas parlamentares.

Nesse processo, o Ministério da Educação teve R\$ 3,5 bilhões cortados: R\$ 2,73 bilhões bloqueados temporariamente e R\$ 1,2 bilhão vetados. Quase a totalidade dos cortes, na ocasião, referiam-se a verbas para o ensino superior, com a alegação de que as universidades não estavam funcionando presencialmente durante a pandemia de covid-19.

Na última quinta-feira, o ministro Milton Ribeiro encaminhou ofício ao Ministério da Economia pedindo a liberação de R\$ 5,3 bilhões para custear demandas essenciais da área. No documento, o MEC afirmava não ter recursos para a aplicação do Exa-

me Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2021, cuja previsão de gastos chega a R\$ 794 milhões. Também apontava falta de dinheiro para custear bolsas de 92 mil cientistas, voltados para pesquisas da covid-19, livros didáticos e de médicos residentes.

“Os impactos pedagógicos seriam imensos, pensando na utilização do Enem como mecanismo de ingresso no Ensino Superior, e programas governamentais como Sisu, ProUni e Fies”, destaca o ofício.

A iniciativa do ministro ocorreu após várias universidades alertarem que podem até paralisar atividades devido à falta de recursos. Na própria quinta-fei-

ra, o governo liberou R\$ 152 milhões do orçamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Isso ocorreu após a instituição ter comunicado a possibilidade de fechar as portas em julho próximo.

Nesta semana, professores da UFRJ afirmaram que 90% do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) — responsável por destinar recursos ao desenvolvimento científico e tecnológico no país — estava contingenciado. O valor corresponde a R\$ 5,1 bilhões. A Universidade de Brasília (UnB) informou ter sido atingida por um corte de 100% dos recursos para investimentos.



Os impactos pedagógicos seriam imensos, pensando na utilização do Enem como mecanismo de ingresso no Ensino Superior, e programas governamentais como Sisu, ProUni e Fies”

Milton Ribeiro, em ofício encaminhado ao Ministério da Economia pedindo liberação de recursos

» entrevista MERCEDES BUSTAMANTE

PESQUISADORA DA UNB E AUTORIDADE EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS

“Negar a ciência é negar o futuro”

» ALEXIA OLIVEIRA*

Uma das maiores autoridades do país em mudanças climáticas, a pesquisadora Mercedes Bustamante, da Universidade de Brasília (UnB), alerta que o Brasil precisa retomar as políticas públicas de conservação ambiental para, também, beneficiar a economia. Integrante da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos (EUA), ela faz parte da lista dos 18 brasileiros mais citados, em 2020, no portal Web of Science, que divulga os nomes dos pesquisadores mais mencionados em trabalhos científicos no mundo. Mercedes Bustamante foi a entrevistada, ontem, no programa CB.Agro, uma parceria do Correio Braziliense e da TV Brasília. Veja os principais pontos:

Que riscos as questões climáticas trazem para todos e, sobretudo, para a economia?

O aquecimento global e as mudanças climáticas são o maior

desafio da humanidade nas próximas décadas. O clima afeta a nossa vida como um todo, e impacta fortemente a economia. No caso do Brasil, basta pensar na importância que a agricultura tem para a economia, ou nas usinas elétricas.

A agricultura brasileira supre boa parte da demanda mundial por alimentos, mas existe também a questão do desmatamento. É possível ter uma agricultura sustentável?

Com certeza. O Brasil já mostrou, em passado recente, ser capaz de controlar o desmatamento. É preciso retomar as políticas públicas de controle e fiscalização dos crimes ambientais. E criar incentivos para adesão de agricultores a práticas de sustentabilidade. É preciso, ainda, ter uma vontade política clara, uma coordenação central em que o discurso é muito importante.

Quando a senhora fala em

Ed Alves/CB/D.A Press



Mercedes Bustamante: o controle do desmatamento favorece, em primeiro lugar, o Brasil e a população brasileira

resgatar políticas, o que significa? O que aconteceu?

Em particular, no caso da Amazônia, o Brasil tinha um programa, integrado do controle de desmatamento, chamado PPC-DAm, que juntava vários ministérios, governos estaduais e municipais, e trabalhava de forma integrada com diversos setores. Em 2012 e 2013, nós tivemos uma redução acentuada do desmatamento. A partir de 2014, a curva voltou a subir.

Grandes redes de varejo da Europa vêm anunciando a suspensão de compras dos produtos brasileiros, devido ao desmatamento. O que fazer para reverter essa situação?

Nas discussões do Fórum Econômico Mundial, a mudança climática é um dos temas de maior destaque e considerada um risco para atividade econômica. Mas é importante destacar que o controle do desmatamento favorece, em primeiro lugar, o Brasil e a população brasileira. Dependemos da

preservação do cerrado, da Amazônia e da caatinga, para a nossa qualidade de vida. Conservar também é produzir. A conservação ajuda a produzir água, conserva o solo, tudo isso faz parte do sistema.

A falta de preocupação com o meio ambiente bate no bolso do consumidor, não?

Sentimos isso de várias formas. No Distrito Federal, por exemplo, tivemos em 2016 uma enorme crise hídrica. Quando há uma que-

bra de safra com a redução do período chuvoso, isso impacta toda a cadeia produtiva e chega ao supermercado, onde a gente paga por tudo. Se tem uma seca, a conta de água aumenta. Como a maior parte da nossa geração de energia vem de usinas hidrelétricas, é preciso acionar termelétricas, que usam combustíveis fósseis, e o preço da energia sobe.

Como vê o papel da ciência neste momento em que há ataques contra ela, cortes de verbas nas universidades, com profissionais e pesquisadores desmotivados?

Negar a ciência é negar o futuro. O mundo inteiro está se voltando para novas formas de produzir e trabalhar. Como vamos nos preparar para essa comunidade global? Precisamos de uma educação forte para preparar nosso capital humano para as demandas do futuro. E de ciência para gerar nossas soluções internas. Vimos isso de forma clara na pandemia. Dependemos de cadeias de suprimentos distribuídas pelo mundo inteiro. A ciência é a base do processo de inovação.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo